

PRESIDÊNCIA ACIMA DE TUDO, ECONOMIA ACIMA DE TODOS? NOTAS SOBRE O DISCURSO PRESIDENCIAL DE BANALIZAÇÃO DAS MORTES POR COVID-19¹

Renata O. CARREON²

Resumo

O acontecimento histórico e discursivo gerado pela pandemia da COVID-19 em escala global fomentou, no Brasil, duas narrativas acerca do fato: a negacionista, que minimiza a gravidade da situação e a própria letalidade do vírus; e, de outro lado, a que, junto do discurso científico, teme a proliferação. Nessa esteira de pensamentos, o atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, a partir de cenografia muito singular encenada em distintas cenas genéricas – a presidencial –, lidera os discursos de banalização ou naturalização das mortes por COVID-19 em função, principalmente, da importância de se manter a economia “em pé”. A partir dessa constatação, proponho-me, nestas breves notas, a observar o funcionamento desse discurso presidencial que toma a morte ora como natural, ora como histeria, mas sempre como obstáculo ao crescimento econômico. Para isso, mobilizarei o ferramental teórico da Análise do discurso de orientação francesa, sobretudo aquela preconizada por Dominique Maingueneau (2015, 2020) para proceder a análise do *corpus* constituído de discursos presidenciais proferidos, sobretudo, para a mídia. Além disso, mobilizo o conceito de “governo do mal” de Bauman e Donskis (2019) para justificar a falta de sensibilidade da sociedade moderna que trata a morte como uma estatística a ser, talvez, evitada.

Palavras-chave: Análise do discurso. Cena de enunciação. Cenografia. Morte por COVID. Governo do mal.

Resumen

El hecho histórico y discursivo generado por la pandemia de COVID-19 a escala global ha propiciado, en Brasil, dos narrativas sobre el hecho: el negacionista, que minimiza la gravedad de la situación y la propia letalidad del virus; y, por otro lado, el que, junto al discurso científico, teme la proliferación. En esta estela de pensamientos, el actual presidente de Brasil, Jair Messias Bolsonaro, con base en un escenario muy singular escenificado en diferentes escenarios genéricos --el presidencial-- lidera los discursos de atenuación o naturalización de muertes por COVID-19 principalmente por la importancia de mantener la economía "en pie". Con base en esta observación, propongo, en estas breves notas, observar el funcionamiento de ese discurso presidencial que toma la muerte a veces como algo natural, a veces como histeria, pero siempre como un obstáculo para el crecimiento económico. Para ello, movilizaré las herramientas teóricas del Análisis del Discurso de orientación francesa, especialmente la recomendada por Dominique Maingueneau (2015, 2020) para proceder al análisis del corpus

¹ Este texto é decorrente da live apresentada pela autora em 08/07/2020, no Projeto Discurso em Tempos de Pandemia - Fase I. Disponível em: <https://www.facebook.com/leedim.ufscar/> e no YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=gdilBH1gG8E>.

² Professora colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: renatacarreon@gmail.com

compuesto por discursos presidenciales, principalmente a los medios de comunicación. Además, movilizo el concepto de “gobierno del mal” de Bauman y Donskis (2019) para justificar la falta de sensibilidad de la sociedad moderna que trata la muerte como una estadística que, quizás, debe evitarse.

Palabras clave: Análisis del discurso. Escena de la enunciación. Escenografía. Muerte por COVID. Gobierno malo.

De quantas outras mortes e tragédias precisamos para recuperar nosso juízo? Qual deve ser para nós o custo de ativarmos essa sensibilidade? Há um dito popular afirmando que a morte de uma pessoa é uma tragédia, mas a de milhões se torna uma estatística. Infelizmente, isso é mais do que verdadeiro. A luta entre a nossa cegueira moral e a nossa capacidade de enxergar outros indivíduos como seres éticos, e não como unidades estatísticas ou força de trabalho, é a luta entre nossos próprios poderes de associação e dissociação, compaixão e indiferença, esta última sendo um sinal de destrutividade moral e patologia social

(BAUMAN; DONSKIS, 2019, p. 24).

A partir de agora, afundar no oceano terá o nome de liberdade

(BAUMAN; DONSKIS, 2019, p. 17).

Tomando os trechos anteriores como mote de pesquisa, epígrafe e inspiração, pretendo defender, aqui, neste brevíssimo artigo, que a sociedade brasileira moderna, devastada pelo governo do mal líquido, nos termos de Bauman e Donskis, vive atualmente, em relação ao resto do mundo, um enfrentamento distópico da pandemia, sobretudo por parte de seu presidente, Jair Messias Bolsonaro, que, operando sua cenografia presidencial para legitimar o seu discurso, banaliza e/ou minimiza o número de mortos pela COVID-19³. Por isso, objetivo observar a construção do discurso presidencial de banalização de mortes, por meio do engendramento da cena de enunciação, para compreender de que forma tal banalização, que torna a morte uma estatística, coloca o Brasil na contramão do combate à pandemia, mas no caminho da disseminação do governo do mal.

Antes disso, duas digressões teóricas. Na primeira, é importante situar a questão das cenas de enunciação. Dominique Maingueneau toma de empréstimo do teatro o conceito de cena para pensá-lo a partir do arcabouço da Análise do discurso. Por isso, para ele, toda enunciação está ligada a certa teatralidade que lhe é mais ou menos imposta em razão do “ritual” que se estabelece em uma espécie de contrato entre os

³ Recentemente escrevi, junto de Santos (2020), o verbete “morte por COVID-19” para a Enciclopédia discursiva da COVID-19, um projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<https://www.informasus.ufscar.br/enciclopedia-discursiva-da-covid-19/>>. Acesso em 15 out. 2020.

falantes. Assim, o autor divide-a em três: cena englobante, cena genérica e cenografia. A *cena englobante* corresponde ao tipo de discurso, uma rede de práticas discursivas que cortam um setor da atividade social: publicitário, religioso, político, filosófico, científico. Sendo a cena englobante o quadro a partir do qual os enunciados podem ser produzidos e interpretados, a *cena genérica* é associada ao gênero, realidade tangível, imediata, para os usuários do discurso. Ainda, “enunciar não é somente ativar as normas de uma instituição de fala prévia, como ocorre em uma cena englobante e em uma cena genérica, é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 70, tradução nossa). Em outras palavras, os sujeitos desempenharão, na teatralidade que a cena de enunciação impõe ao sujeito, um papel frequentemente previsto pela cena genérica e esse papel poderá comportar uma encenação particular, entendido aqui como cenografia, que estará diretamente ligada à construção do *ethos*. Nas palavras de Maingueneau:

Normalmente, a cenografia deve ser legitimada ou relegitimada pela própria enunciação que sobre ela se apoia: o universo construído pelo enunciado deve especificar e validar a cenografia através da qual ele surge. (MAINGUENEAU, 2020, p. 19)

Assim, pode-se afirmar que algumas cenas genéricas comportam encenações singulares, como aquelas ligadas ao campo literário, filosófico; outras não, como é o caso das cenas genéricas receita médica ou lista telefônica. Em função dessa teatralidade à qual os sujeitos estão atados e da qual não conseguem se desvencilhar é que estabeleci, apesar das distintas cenas genéricas frequentadas pelo sujeito, no que aqui por ora se impõe enquanto *corpus*, que a cenografia mobilizada é a *presidencial*: ela sempre será chamada à cena para legitimar a sua enunciação e, ao mesmo tempo, deverá ser legitimada pelo discurso. Mais especificamente, a partir da ocupação do cargo único de Presidente da República, o sujeito passa a operar efeitos de sentido ligados a essa cenografia, o que quer dizer, me parece, que a legitimação do cargo, por meio do discurso, perpassa a banalização das mortes: é preciso se eximir, de qualquer maneira, da responsabilidade, sob pena de sanções de seu eleitorado e apoiadores.

Se, por um lado, nas eleições, víamos diversas cenografias serem convocadas à cena, como as de pai de família, bom cristão, militar, deputado, no período pandêmico elas pouco têm sido mobilizadas. Desde a sua posse, em 2019, sua governabilidade definha a olhos nus; as constantes crises ministeriais que levam toda a população a acompanhar o baile de máscaras de ministros sem nenhum preparo mentindo currículos e vazando conversas na televisão, fazem com que sua situação se fragilize. Por isso, o

apelo e o apego à cenografia presidencial é mais do que necessário: o pai de família agora tem seus filhos investigados em operações da Polícia Federal, o bom cristão parece ter dúvidas de qual religião frequenta, o militar exonerado perdeu espaço diante das constantes denúncias de golpe, o deputado não consegue assegurar o seu *poder fazer* diante de uma pandemia. Resta o único fragmento de cenografia: o presidente. Legitimamente eleito. Só ela pode assegurar os roucos discursos sobre a pandemia.

A segunda digressão teórica a ser feita é a respeito do mal líquido. Bauman e Donskis entendem por mal sólido o mal “preto no branco”, como, por muito tempo, foi a figura do diabo, “uma espécie de mal amoralmente comprometido e ativamente engajado”. O mal líquido, pelo contrário, apresenta-se com a lógica da sedução e da desmobilização. Assim, insistindo na responsabilidade do indivíduo não apenas por sua vida e escolhas, a assimetria de poder lembra-lhes “que cabe a eles resolver os problemas do mundo, sem confiar muito nas instituições, na camaradagens e no envolvimento – essa é a estratégia testada e comprovada do mal líquido” (BAUMAN; DONSKIS, 2019, p. 17). Frente ao intenso abandono do indivíduo, em uma lógica de que “não há alternativa”, para os autores lidamos com um fenômeno novo e sem precedentes: “a crença absoluta de uma pessoa no determinismo social e no fatalismo baseado no mercado” (p. 15).

A partir dessas breves asserções, passemos ao material de análise, coletado de falas públicas, sobretudo na entrada do Palácio da Alvorada:

- (i) Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra, não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia... (29/3/2020, durante passeio nos arredores de Brasília, 136 mortes).

No trecho (i), em um passeio não recomendado durante o distanciamento social ao qual se submete a população mundial, o sujeito afirma que é preciso enfrentar o vírus como “homem”, ligando-o com a realidade da vida: a morte. O fatalismo de “todos nós iremos morrer um dia” choca ao ser enunciado por aquele que ocupa o mais alto cargo da nação. Ao invés de propostas concretas para o enfrentamento da pandemia, o sujeito, já contrariando as normas da OMS (Organização Mundial de Saúde), passeia e diz que é preciso enfrentar como homem, porra”. Há alguns anos, chamaríamos de quebra de protocolo o que hoje já se naturalizou como pertencente à discursividade desse ator político tão peculiar e, por isso, os palavrões passaram a fazer parte das mais diversas

cenas genéricas frequentadas pelo enunciador. Por isso, em (ii), ao ser questionado sobre o número de mortos, a resposta vem de encontro a sua discursividade:

- (ii) Eu não sou coveiro, tá? (20/04/2020, entrada do Palácio do Planalto, 2.575 mortes).

“Eu não sou coveiro”, em um primeiro momento, apesar de chocar, vai de encontro a todo o exposto anteriormente: eximindo-se da responsabilidade sobre o número de mortos ou até mesmo de dar uma declaração oficial sobre o assunto, o sujeito afirma não ser ele quem os enterra, desmobilizando, garantindo seu não lugar no enfrentamento à pandemia. Não lhe compete, simplesmente. Da entrada do Palácio do Planalto, em pronunciamento público como Presidente da República, a teatralidade da cena o insta a assumir a cenografia presidencial e o impede de “maculá-la”: não falemos de mortos. Na mesma esteira de pensamentos:

- (iii) Mortes estão havendo no mundo todo, não é apenas a COVID. Agora, querer culpar a mim... Tem muita gente morrendo de fome, depressão, suicídio, uma política feita apenas de um lado (10/06/2020, entrada do Palácio da Alvorada, 39.797).

O fatalismo abre espaço para a interdição da *causa mortis*: mortes ocorrem no mundo todo, não apenas no país em que ele é Chefe de Estado; e no mundo todo se morre não só de COVID, mas de diversas outras causas, culpá-lo é “fazer política”, uma vez que pessoas morrem. Vemos, assim, o início do que defendo aqui: a banalização do número de mortes ou a naturalização delas para eximi-lo de responsabilidade por algo que ocorre o tempo todo e no mundo todo: mortes. A pandemia que matou um milhão de pessoas é apagada para trazer à cena a “politicagem” daqueles que só querem culpá-lo, afinal, “todos nós iremos morrer um dia” e ele não é “coveiro”.

Na mesma esteira de sentidos, em agosto, quando o Brasil atingiu 100 mil mortos, Bolsonaro publicou em suas redes sociais:

- (iv) “Lamentamos cada morte, seja qual for a sua causa, como a dos 3 bravos policiais militares executados em São Paulo” (9/8/2020, redes sociais, 100 mil mortes).

Em (iv), o lamento por cada morte adquire a expressão intercalada “seja qual for a sua causa”, mais uma vez interditando simbolicamente a morte por COVID-19 para

dar lugar à “morte seja qual for a sua causa”, mais uma vez banalizando a *causa mortis* para trazer à cena aquilo que não se associa de fato às questões relativas ao novo coronavírus mas que estão ligadas à cenografia militar muito mobilizada em suas campanhas eleitorais, o que, em boa medida, está em consonância com todo o fatalismo e naturalização do discurso presidencial em relação às mortes na pandemia.

- (v) Jornalista: a gente ultrapassou a China hoje em número de mortos.
Bolsonaro: E daí? Lamento. Quer que eu faça o que? Eu sou messias, mas não faço milagres.
Jornalista: tem algum plano pro ministro? Cita os números
Bolsonaro: O ministro que apresenta...ele pegou o ministério andando. As mortes de hoje a princípio essas pessoas foram infectadas há duas semanas, a princípio. É o que eu digo pra vocês: o vírus vai atingir 70% da população, infelizmente é a realidade...mortes? vão haver, ninguém nunca negou que haveriam mortes (20/04/2020, entrada do Palácio da Alvorada, 5.017 mortes).

Questionado por uma jornalista, na entrada da Alvorada, sobre o número de mortos, ele responde o que hoje circula como uma aforização: “e daí?”. A sua não função de cozeiro exime-o de sua responsabilidade por ter ultrapassado o número de mortos da China, país de onde se originou o vírus. A partir da cenografia chamada à cena para legitimá-la, a figura presidencial “lamenta”, mas nada pode fazer. Retoma o mote de campanha que associa seu segundo nome ao messias cristão para dizer “não faço milagres”, afinal, “mortes? Vão haver, ninguém nunca negou”. Como já dito por Bauman e Donskis, a morte de uma pessoa é uma tragédia, mas a de milhões se torna uma estatística e a indiferença diante da morte em massa mostra aquilo que pode-se chamar de “governo do mal”, apresentando, nos termos dos autores, sinais de destrutividade moral e patologia social.

- (vi) Ninguém faleceu, pelo que eu tenho conhecimento, pode ser que eu esteja equivocado, por falta de UTI ou respirador. Então o vírus é uma coisa que vai pegar em todo mundo. Não precisava ter grande parte da imprensa criado esse estado de pânico junto à população (02/06/2020, 31.309 mortes).

Em (vi) a cenografia presidencial é mais uma vez chamada para a cena para eximi-lo de culpa: “ninguém morreu por falta de UTI ou respirador”. Tendo em vista que, segundo ele mesmo, o “vírus vai pegar em todo mundo”, a imprensa cria pânico. Assim, há três elementos importantes na construção de sentidos: ele faz sua parte provendo os hospitais, todo mundo vai pegar a doença, (infere-se que não há com que se

preocupar, afinal, morre-se de coronavírus, não de falta de respirador) e a imprensa, com a qual ele trava intensos debates desde antes das eleições, alarma desnecessariamente a população. Retomando os termos dos autores com quem dialogo, não se trata de pensar o mal enquanto demonologia, mas “como mecanismos de afastamento e abandono de nossa sensibilidade”.

A banalização da morte massiva enquanto recurso oratório para legitimidade de poder parece, no mínimo, perverso. No entanto, considerando a máxima de Bauman e Donskis, “economia é destino”, pensando o fatalismo baseado na lógica de mercado, é que compreendemos não só a necessidade de ausência de culpa, mas também a de se assumir, enquanto Chefe de Estado, em favor dos “invisíveis” e dos “mais necessitados”, defendendo a economia acima de tudo:

- (vii) A OIT (Organização Internacional do Trabalho) disse que aqui na América Latina, incluída aí o Brasil obviamente, o poder aquisitivo dos informais caiu 80%. Então vamos supor aí um trabalhador informal que leva 2 mil por mês vendendo aí churrasquinho de gato, biscoito Globo na praia, se ele ganhava 2 mil por mês, perdendo aí 80% tá passando pra R\$400 em média (...). Por isso a gente acha que o Brasil não suporta mais por parte em alguns estados ter esse bloqueio aí tão grande no comércio (14/5/2010⁴, *live* presidencial, 13.993 mortes).

Respondendo ao apelo popular de reabertura do comércio e ao simulacro de presidente ao lado do povo, ele passa a defender que o bloqueio do comércio é “insuportável” e traz para a cena exemplos de trabalhadores informais: o que vende churrasco de gato ou biscoito na praia. Embora nenhum desses números possam ser verificados no próprio *site* da OIT, assumem efeito de verdade, já que legitimados pela cenografia presidencial. Assim, ainda que haja morte em massa, é preciso pensar na economia:

- (viii) Esse vírus trouxe uma certa histeria. Tem alguns governadores, no meu entender, posso até estar errado, que estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia (17/03/2020, na rádio Super Tupi, primeira morte registrada).
- (ix) Nós temos que ter coragem de enfrentar o vírus. Tá morrendo gente? Tá. Lamento? Lamento. Lamento. Mas vai morrer muito mais se a economia continuar sendo destruída por essas medidas. Então um apelo que eu faço aos governadores: reveja essas medidas, eu tô pronto para conversar. (14/05/2020, 13.993 mortes).

⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=S28DvOuB6cM>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

Na mesma esteira de enunciados já antes analisados, o trecho (viii) evidencia sua ausência de culpa diante de um fato com o qual ele recorrentemente joga: qualquer responsabilidade sobre o distanciamento social é do Governo do Estado, que tem autonomia de gerenciamento. Assim, se há medidas que “prejudicam a economia” por conta da “histeria” com o vírus, a culpa é dos governadores, sobretudo, interdiscursivamente, de João Dória, governador de São Paulo, com quem o atual presidente vem travando batalhas devido a medidas que considera excessivas. Na sequência, em (ix), mais uma vez ele “lamenta” as mortes para dizer que muitos mais morrerão se a economia continuar sendo destroçada, em uma lógica de encadeamento pouco evidente. Responsabiliza os governadores pelo destroçamento da economia e, a partir de sua cenografia presidencial, de maior líder da nação, se coloca à disposição para conversar.

Conclusão

Se, relendo Freud, que postulou que biologia é destino, afirmo, na esteira de Bauman e Donskis, que *economia* é destino, no discurso de banalização do número de mortes por COVID-19 o destino de todos parece ser perecer para que a economia continue crescendo. “*Lamento*”. O não coveiro, o messias não fazedor de milagres surge, por meio da cenografia presidencial para se eximir das mortes que o não enfrentamento ao coronavírus parece insistir em lhe ser atribuído. A fatalidade inerente à vida é trazida à cena para que as mortes em massa, que já não sensibilizam ninguém, passem à estatística de que muitos vão morrer, todos vão pegar. Se o abandono da sensibilidade fez com que a sociedade brasileira fosse seduzida pelo governo do mal líquido, vemos, a partir de breve análise, que isso só é possível a partir da construção da cena de enunciação, enquanto “as facetas da vida humana já foram reduzidas a seu aspecto econômico” (BAUMAN; DONSKIS, 2019, p. 27).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. *Mal líquido: vivendo num mundo sem alternativas*. São Paulo: Zahar, 2019.

MAINGUENEAU, D. *La philosophie comme institution discursive*. Limoges: Editora Lambert-Lucas, 2015.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.

Como referenciar este artigo:

CARREON, Renata O. Presidência acima de tudo, economia acima de todos? Notas sobre o discurso presidencial de banalização das mortes por COVID-19. **revista Linguagem**, São Carlos, v.35, Dossiê *Discurso em tempos de pandemia*. outubro/2020, p. 162-170.